

PROPOSTA DE EDUCAÇÃO QUILOMBOLA PARA AS ESCOLAS DAS COMUNIDADES QUILOMBOLAS DO SAPÊ DO NORTE

Olindina Serafim Nascimento – UFES

olindinanascimento@bol.com.br

Resumo: Este trabalho foi desenvolvido como proposta de pensar sobre a possibilidade de ação e reação na educação do território quilombola do Sapê do Norte. O objetivo do texto vem oferecer e discutir alguns subsídios que possam ajudar no desenvolvimento do processo de transformação de nossas mentes e atitudes, inspirado em Paulo Freire, aponta o seu pensamento em afirmar que a ausência de atitudes de professores (as) sinaliza à criança discriminada que ela não pode contar com a cooperação de seus educadores.

Palavras-chave: educação; valores culturais; Quilombolas.

INTRODUÇÃO

A memória tem grande relevância para as comunidades negras rurais. A preservação de seus valores, práticas religiosas, técnicas e outras expressões culturais, foram herdadas dos antepassados através da tradição oral. Nessa perspectiva, o estudo trará uma proposta no resgate da prática pedagógica para famílias quilombolas, com objetivo de que chegue até essas comunidades uma educação de qualidade. Assim a prática pedagógica é mecanismo que precisa envolver todo o território quilombola. Nisso a escola tem grande relevância na formação do pensamento de crianças e jovens. Repensar os currículos e as práticas pedagógicas, significa um avanço para diminuir as desigualdades sócio-raciais. A mesma precisa tornar-se espaço de discussões das questões sociais que envolvem a vida dos educandos de todos os seguimentos sociais e raciais. O espaço escolar deve ser o espaço onde se aprende a convivência respeitosa com as diferenças. Pois essa nova postura rompe com a visão de neutralidade da escola. Tradicionalmente a escola é pensada como o local que acolhe todos os educandos sem fazer distinção entre eles. Cabe aos educadores a árdua tarefa ética de mudar esse equivocado paradigma secular tendo agora uma visão mais ampla sobre esses grupos que ultrapasse a simples questão fundiária e considere os aspectos étnicos, históricos, antropológicos e culturais. A prática pedagógica é dinâmica, e o tempo que rege esse dinamismo é o gerúndio: tudo está acontecendo, o aluno está aprendendo, amadurecendo, “adolescendo”.

Partindo da premissa que a educação constitui-se um dos principais ativos e mecanismos de transformação de um povo e é papel da escola, de forma democrática e comprometida com a promoção do ser humano na sua integralidade, estimular a formação de valores, hábitos e comportamentos que respeitem as diferenças e as características próprias de grupos e minorias. Assim, constitui-se a educação para a ampliação da cidadania de um povo.

Nesse sentido, ao analisar-se dados que apontam as desigualdades entre brancos e negros na educação e a demora em se implementar no município a Lei 10.639 de 09 de janeiro de 2003, que estabelece as Diretrizes e Bases da Educação Nacional, para incluir no currículo oficial dos Sistemas de Ensino a obrigatoriedade da temática “História e Cultura Afro-Brasileira”, incluindo o estudo da História da África e dos Africanos, a luta dos negros no Brasil, a cultura negra brasileira e o negro na formação da sociedade nacional, resgata-se a contribuição do povo negro nas áreas social, econômica e política pertinentes à História do Brasil.

Esse trabalho pretende fazer uma reflexão sobre como os educadores e educadoras das escolas inseridas nas comunidades quilombolas podem aplicar uma prática pedagógica voltada para a Educação Quilombola, na região de São Mateus-ES e Conceição da Barra-ES, e desenvolver uma metodologia na prática educativa cotidiana nas escolas destas comunidades.

A pouca terra que resta aos quilombolas e as difíceis condições agrícolas na região, tem sido sintomático também no ensino escolar. A prática e o saber tradicional agrícola quilombola são pouco investidos ou trabalhados durante o período escolar e pós escolar. Há nas comunidades jovens formados ou freqüentando Escolas Famílias Agrícolas, na pedagogia da alternância. E mesmo aqueles que tiveram a chance desta formação enfrentam ainda a dificuldade de trabalhar em prol da agricultura quilombola, por falta de reconhecimento local ou mesmo de acesso a terra. A maior parte dos jovens estão migrando das comunidades para as periferias urbanas em busca de trabalho. Alguns jovens quilombolas necessitando trabalhar, têm sido absorvidos como mão de obra de empreiteiras da Aracruz Celulose, da DISA e mesmo pelo carvão, ora interrompendo os estudos, ora distanciando-se ainda mais dos seus conhecimentos agrícolas e buscando formação técnica nas áreas afins destas empresas que possam vir a oferecer um vínculo empregatício.

A evasão escolar em todo o Sapê do Norte é grande e praticamente não tem tido oportunidades de EJA para os quilombolas, apesar da demanda, seja a partir do analfabetismo

das gerações mais velhas, seja a partir da interrompida vida escolar de uma juventude em claro processo de desterritorialização.

Também o acesso quilombola ao ensino superior é bem pouco, menos de uma dezena nas 10 comunidades focais. Apenas as professoras, motivadas pela obrigatoriedade de formação superior até 2010, buscaram esta complementação escolar na Pedagogia. No entanto, apesar da exigência, apenas uma professora ingressou por cota em uma instituição pública. As demais, frequentam cursos pagos por elas próprias em instituições privadas de São Mateus.

[...]angústias sofridas pelas lideranças quilombolas, quando comecei a fazer parte do movimento e em uma reunião de planejamento algumas mães falavam de seus sentimentos suas inquietações a respeito do aprendizado dos seus filhos, que os levavam para longe de suas tradições suas raízes e cultura, e não os faziam refletir sobre a realidade vivida por estes filhos. (Fala das mães quilombolas)

Assim, este trabalho tem como objetivo apresentar uma Proposta Pedagógica de Educação Quilombola para as comunidades quilombolas do município de São Mateus e Conceição da Barra, fazer a inserção, de conteúdos voltados para a realidade desses alunos e sua comunidade. Especificando-se em: realizar oficinas com os professores das comunidades quilombolas; realizar oficinas com os pais dos alunos das comunidades quilombolas; realizar um diagnóstico participativo sobre a possibilidade dos conteúdos das escolas das comunidades quilombolas; entrevistas os anciãos das comunidades quilombolas para registrar a experiências locais sobre a história das comunidades; elaborar um boletim contendo as legislações relativas à educação quilombola; elaborar um boletim contendo a produção das comunidades quilombolas a respeito da relação com a natureza à cultura e as tradições; realizar um documentário visual em parceria com a Universidade Federal do Espírito Santo-UFES (Departamento de Ciências Sociais) sobre as comunidades quilombolas do território do Sapê do Norte enfocando as tradições culturais, ciclos festivos e depoimentos dos anciãos que auxiliem na formulação de problemáticas étnico/raciais junto aos alunos das comunidades quilombolas.

Também aponta a discussão sobre o tema, assim como a falácia dos educadores de que as crianças negras não têm motivação para a aprendizagem e são ridicularizadas em sala de aula, existe um desconforto dos seus pais em ver que seus filhos não se sentem atraídos pela escola.

E mais ainda, que sua cultura, sua tradição e seu jeito de ser e se expressar estão longe de ser tema estudado no currículo escolar, e que cada vez mais estão se distanciando de tudo o que sempre preservaram e tiveram o cuidado de guardar com orgulho, tudo o que foi deixado por seus antepassados. ¹

Na escola essas crianças não se sentem parte dela e não são motivadas a irem à escola. Àquele assunto me chamou atenção fiquei impressionada, só acreditar no que dizia Paulo Freire “que a escola precisa ser um lugar prazeroso para se viver, onde o educando sintam-se a vontade para expressar os seus sentimentos em qualquer circunstâncias, exemplo pergunta e respostas para a conclusão da construção do seu próprio conhecimento”.

O QUE É QUILOMBO?

Os quilombos nos remetem a vários tempos e espaços histórico: em primeiro lugar, à África do século XVII. A palavra Kilombo é originária da língua banto umbundo, que diz respeito a um tipo de instituição sociopolítico militar conhecido na África central, mais especificamente na área formada pela atual República Democrática do Congo (Zaire) e Angola (MUNANGA, 1996, p.58). Apesar de ser um termo umbundo, constituía-se em um agrupamento militar de jovens guerreiros, composta pelos jaga ou imbangala (de Angola) e os lunda (do Zaire) (MUNANGA, 1996: P.59).

Os quilombos nos levam também ao Brasil do final do século XVI e aos séculos seguintes; enquanto durou a escravidão institucionalizada, existiram quilombos (ou mocambos) no litoral do Norte ao Sul do país, especialmente nas áreas de plantações de cana-de-açúcar, arroz, cacau e nas armações baleeiras. No caso do litoral nordestino, destaca-se o quilombo de Palmares, que durou mais de 70 anos e se estendia por parte das províncias de Alagoas e Pernambuco. Palmares foi liderado por mulheres e homens que ora são tratados como mitos, ora como personagens históricos, a exemplo de Aquilino, Acotirene, Ganga Zumba e Zumbi, sendo este o último líder, assassinado após um ano da destruição do grande quilombo em todas as regiões de mineração e pecuária, liderados também por Chico Rei em Diamantina, Minas Gerais, e Teresa do Quaterê, no oeste do Mato Grosso (VOLPATO, 2003).

Conforme pesquisa realizada pelo Centro de Geografia e Cartografia Aplicada (CIGA) da universidade de Brasília (UnB), coordenado pelo geógrafo Rafael Sanzio Araújo dos Anjos, o país tem 2.228 comunidades descendentes de quilombos, em quase todos os estados da Federação (NAVARRO, 2005). No que se refere à relação entre educação e quilombos, cabe ressaltar que há extensos territórios quilombolas que possuem escolas em seu interior e área sem que jovens e adultos dessas localidades migram temporária ou efetivamente para estudar nas cidades de suas regiões.

As comunidades quilombolas contemporâneas (MOURA, 1996) recebem varias denominações, tais como terras de pretos, mocambos e comunidades negras rurais. Num processo de mobilização, todas estas nomenclaturas convergiram para o termo quilombo ou comunidade quilombola. Como decorrência desse processo de ressemantização, para o Estado brasileiro, o antigo quilombo foi metaforizado para a categoria “remanescente de quilombo” que, de certa forma, fortaleceu a idéia grupo e não de individuo, idéia esta que é fundamental para ganhar funções políticas no presente, por meio de uma construção jurídica que permite pensar o futuro (ARRUTI, 2003).

MOVIMENTO QUILOMBOLA: CAMPANHA PELA TITULAÇÃO DAS TERRAS QUILOMBOLAS NO MUNICÍPIO DE SÃO MATEUS/ES

A formação de quilombos no Brasil se deu por motivos como a fuga de escravos que sofriam maus tratos nas grandes fazendas açucareiras. Arrancados da África, seu continente natal, e tratados como animais pela colonização européia, eram “transportados” nos porões dos navios negreiros. Vinham para o novo mundo nus, eram mal alimentados na viagem que chegava a durar três meses e eram vendido como mercadoria em portos como o Porto de São Mateus, no Norte do Espírito Santo.

O município de São Mateus, no norte do estado, já foi palco de muitas lutas de resistência contra os maus tratos sofridos pelos negros e negras no período da escravidão. O porto de São Mateus foi por muitos anos, o principal lugar de chegada dos escravos seqüestrados e trazidos à força da África. Mesmo depois da Lei Áurea, os maus tratos continuaram e junto com eles, a resistência. A formação de quilombos no meio da densa Mata Atlântica serviu de refugio e espaço de luta para que a cultura negra não desaparecesse.

Descendentes destes quilombos, nos municípios de São Mateus e Conceição da Barra, continuam na luta. Mesmo depois de séculos terminada a escravidão, continuam vivendo alijados da sociedade e, agora, com um inimigo ainda mais ameaçador.

A partir da década de 1960, estas terras passaram a ser extensivamente apropriadas por empresas monocultoras de eucalipto, subsidiárias da Aracruz Celulose, através de mecanismo de coerção e ameaças amparadas por leis de incentivos fiscais e da negociação das terras devolutas. A partir da década de 1980, inicia-se a chegada das empresas alcooleiras, com a monocultura da cana-de-açúcar. A mata Atlântica, deferente do período escravocrata, foi quase completamente destruída pelas plantações de eucalipto da multinacional Aracruz Celulose e pela plantação de cana-de-açúcar. Junto com a Mata, a cultura e modos de vida dessas comunidades negras colocadas em ameaça.

As áreas onde se plantou o eucalipto eram cobertas por Mata Atlântica, originalmente. Seguida da cana e pastagem, essas monocultoras produziram enorme degradação socioambiental na região do Sapê do Norte. Atualmente, há cerca de 40 comunidades quilombolas que sofreram este processo de expropriação encontram-se aí “imprensada”, “ilhadas” e expressam de forma muito clara seu ressentimento e indignação quanto à destruição das suas matas, perda de suas terras, de sua água de seu alimento e medicamento; perda de suas festas e de sua autonomia.

A partir de 2004, a após processo de pedido de reconhecimento, solicitado pelas comunidades quilombolas do sapê do norte a Fundação Cultural Palmares (FCP-DF), o INCRA (Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária) e a UFES (Universidade Federal do Espírito Santo) iniciaram os estudos de identificação das comunidades quilombolas no Espírito Santo, fundamentados no art.68 do ato das Disposições Constitucionais Transitórias de 1988, que estabelece a propriedade definitiva das terras às comunidades. O segundo passo é a demarcação e titulação destas terras, processo já iniciado pelo INCRA (Instituto Nacional de Regularização Fundiária)

No norte do Estado do Espírito Santo, já estão consolidados relatórios antropológicos que apontam os territórios pleiteados pelas comunidades quilombolas São Jorge (80 famílias, 14.517 ha.), Serraria e São Cristóvão (52 famílias, 8.500 ha.) esses relatórios de identificação registram a história e a afirmação étnica das comunidades, bem como o processo violento de expropriação por elas sofrido, evidenciado pela documentação irregular de grande parte das terras que se encontram nas mãos da multinacional Aracruz Celulose e grandes fazendeiros.

METODOLOGIA DESENVOLVIDA

a) Reuniões com as comunidades

Pretende-se reunir os professores para auto-avaliar sua atuação, apresentar a legislação e fazer um balanço das possibilidades educativas junto às comunidades quilombolas. As reuniões serão realizadas em cada uma das comunidades e posteriormente reunindo todos os professores. Serão utilizados questionários para ajudar na elaboração das abordagens sobre educação e condições físico/pedagógicas das escolas

b) Reuniões com os pais dos alunos e anciãos das comunidades quilombolas.

A partir da vivência dos pais dos alunos e anciãos pretende-se reunir as experiências de vida – trabalho, lazer, festas, calendário religioso, ritos e mitos – que orientam a vida das comunidades quilombolas. Será realizado um calendário com as festas das comunidades, bem como sua percepção sobre a natureza, seu trabalho, sua cultura e sua história.

Relato de experiências

O resultado das oficinas nas escolas das comunidades quilombolas será transformado em boletim escrito e vídeo, gráfico que possa servir de referência à elaboração de materiais didáticos e pedagógicos atendendo a lei 10.639/2003 que trata do ensino de conteúdos afro-brasileiros nas escolas em todos os níveis de ensino.

d) Resultados esperados

a) Envolver a Secretaria Municipal de educação da Prefeitura Municipal de São Mateus nas políticas públicas para promoção da diversidade étnica e racial;

b) Instruir o processo de implantação da lei 10.639/2003 junto às comunidades quilombolas de São Mateus;

c) Estabelecer um fórum permanente para a formação conjunta com os professores sobre os conteúdos didático/pedagógicos relativos à lei 10.639/2003;

d) Dar visibilidade às escolas das comunidades quilombolas.

2 .Produção de uma cartilha sobre educação diferenciada para populações quilombolas contendo:

a) Legislação;

b) informações sobre direitos étnicos;

c) Relatos biográficos dos anciãos.

Realização de oficinas sobre educação diferenciada para populações quilombolas:

- a) Cidadania e políticas públicas;
- b) literatura e mitos africanos
- c) musica - teatro
- d) jongo e congada
- e)folia de reis e ticumbi

ACESSO A ESCOLAS QUILOMBOLAS

Escolas na região do território do Sapê do Norte², começaram a existir a aproximadamente 80 anos, como em Coxi, Conceição da Barra. Primeiro em casas, depois em construções de estuque e mais recentemente em prédios de alvenaria, a educação escolar passou a ser parte das comunidades e a alfabetização, uma realidade possível a partir daquelas gerações. Mesmo assim, muitos quilombolas hoje com 40 ou 50 anos, não puderam estudar. Da conquista da escolaridade à existência dos estabelecimentos de ensino nas comunidades, passaram-se muitas lutas. Constroem-se, destroem-se, mudam-se, desativam-se, abandonam-se. É com esta instabilidade e descaso que a educação escolar quilombola tem se dado. A presença de escolas muitas vezes parece ser mais uma concessão governamental do que uma obrigação em assegurar este direito. É incrível a facilidade que têm em se desfazer de um patrimônio destes e dispersar os alunos e os educadores. Os motivos sempre injustificáveis: municipalização, burocracia, reformas, ocupação dos terrenos com monocultura da cana e eucalipto, falta de aluno, de professor, de recursos. Das 10 comunidades trabalhadas (6 de Conceição da Barra: Coxi, Angelim 1 e 2, São Domingos, Roda D'Água e Linharinho e 4 de São Mateus: Nova Vista, Chiado, Serraria e São Cristóvão), 5 apenas estão com escolas em funcionamento (São Domingos e Linharinho em C.B. e Nova Vista, Chiado e São Cristóvão em S.M.). Destas, apenas quatro (Chiado, São Cristóvão, Divino Espírito Santo e São Jorge), contam com pré escola para crianças de 3 a 6 anos, as demais contemplam apenas o ensino fundamental de 1º a 4º série, com o ensino Pluridocente e Unidocente (duas séries por turmas, alterando o turno das aulas e com uma professora para cada turma).

As crianças das demais comunidades sem escolas e as que estão fora desta faixa etária, para estudarem são obrigadas a um deslocamento para os centros urbanos ou distritos maiores. Dependem dos transportes precários e insuficientes e em muitos casos têm que andar quilômetros para chegar à escola ou ao ponto de ônibus, comprometendo bastante o

rendimento escolar. Além da preocupação dos pais pelos riscos que correm os filhos nas péssimas estradas da região, outro sério problema é a separação dos seus filhos pequenos. A distância da escola impossibilita o acompanhamento de perto da educação escolar dos filhos e está em contradição com a educação tradicional quilombola: comunitária, familiar e do campo. Escolas como a de Angelim 1, por exemplo existiram primeiramente na casa de uma família, onde uma professora “de fora” trabalhou por 10 anos, até que o prédio fosse construído (hoje está novamente desativada). A falta de escolas nas comunidades também força os quilombolas a terem que optar entre dois de seus direitos fundamentais e constitucionais: o de permanecer na terra e o da educação.

CONDIÇÕES PEDAGÓGICAS NAS ESCOLAS QUILOMBOLAS

A falta de escolas quilombolas também é um prejuízo para todo o ensino da História e Cultura Afro-Brasileira, agora obrigatória pela Lei nº 10.639/03 em todos os estabelecimentos de ensino fundamental e médio. Nas comunidades quilombolas estão vivas grande parte desta importante história afro-brasileira que pode deixar de ser contada se os centros comunitários, como as escolas, forem desativados. O Estado tem se mostrado incapaz de garantir um direito desde o lugar de maior referência afro-descendente: os quilombos. Hoje são poucas as crianças quilombolas que podem usufruir desta oportunidade de estudar a sua história no seu próprio lugar, compondo este importante referencial histórico, cultural e subjetivo. Em Conceição da Barra por exemplo, o diagnóstico constatou apenas 49 crianças quilombolas estudando em suas próprias comunidades. Outro fator importante para que a lei não se implemente é o baixo índice de professores quilombolas atuando nas poucas escolas que existem. Identificamos que das 11 professoras (todas mulheres), 5 apenas eram provenientes das comunidades quilombolas. Ao menos a formação continuada de cultura afro-brasileira para as professoras está iniciada, em Conceição da Barra com a Comissão Permanente de estudos Afro-Brasileiros, CEAFFRO, constituída pelo prefeito em 2007. Em São Mateus existe um grupo de educadoras dispostas, porém o caminho institucional é dos mais lentos para a constituição da Comissão Permanente. Falta ainda um maior comprometimento dos governos municipais para que estes trabalhos ganhem a dimensão social necessária e possam garantir a formação dos educadores rurais e urbanos. Sem escolas, sem professores quilombolas e sem formação específica, como a lei se implementará?

Para uma formação específica, seria fundamental o amplo acesso das professoras a materiais e equipamentos pedagógicos que tratem diretamente das questões étnicas e raciais, o que é raro. Os alunos então não têm nenhum acesso a materiais didáticos elaborados regionalmente que tragam perspectivas afirmativas para os negros. A capoeira é ensinada apenas em uma destas comunidades (Nova Vista) e assim como outras atividades físicas e artísticas, as escolas não contam com professores específicos para estas áreas. Até hoje as grades curriculares escolar chegam prontas para as professoras que trabalham nas escolas quilombolas e que também desconhecem a existência de um projeto político pedagógico para as escolas nas comunidades. A gestão das escolas em grande parte fica a cargo de supervisoras itinerantes, não tendo a comunidade, os pais e as educadoras a autonomia necessária para uma pedagogia quilombola.

PROPOSTA DE EDUCAÇÃO PEDAGÓGICA PARA AS ESCOLAS DAS COMUNIDADES QUILOMBOLAS DO TERRITÓRIO DO SAPÊ DO NORTE

O processo pedagógico para as comunidades quilombola difere-se dos demais, em função de estar baseado em uma pedagogia vinculada a um movimento de luta social visando reparações, reconhecimento e valorização da identidade, da cultura e da história dos negros e negros brasileiros, que considera o conjunto das dimensões da formação humana, pois ela tem o ser humano como centro, sujeitos de direitos, ser em construção respeitando as suas temporalidades, para que eles despertem o seu próprio raciocínio.

O público que será assistido pelas escolas quilombolas será de crianças, jovens e adultos de origem rural herdeiros da identidade sem território em formação, que deve receber uma educação integral onde o direito ao conhecimento, a valorização e respeito a sua descendência africana, sua cultura e história o tornem cidadãos, cidadãs, e não apenas meros dominadores de competência e habilidades técnicas, libertando o do processo alienante historicamente pelas elites brasileiras, que definiram a função do negro, na sua formação acadêmica, enquanto mão de obra barata que só deverá ter acesso a uma formação limitada que não o leve a galgar espaços relacionais dos quais fora para ele definidos.

As necessidades dos educando das escolas quilombola são as mais variadas possíveis, desde a necessidade de aprender a ler articular idéias de forma sistemática, buscando a defesa da vida e da história a partir de uma proposta política para todos.

Nas escolas das comunidades quilombolas a experiência pedagógica deve acontecer em vários níveis de atuação da vida, que não pode ser fruto unicamente da interação professor-aluno, mas da integração professor-aluno, aluno família, aluno lugar onde vive, lugar onde vive-escola, escola-trabalho, trabalho aluno, aluno-comunidade, comunidade-escola, escola-sociedade, escola-mundo. Logo o processo está inserido, como palco privilegiado da aprendizagem. Nesse sentido a escola da comunidade quilombola sai de si mesma, reconhecendo e valorizando as práticas educativas que acontecem fora dela.

Esta proposta de educação pedagógica tem como base fundamental o mestre Paulo Freire que busca a compreensão dos processos educativos nas suas dimensões sócias e políticas, vendo o indevido das camadas populares como principal agente construtor e transformador da história por meio das práxis pedagógica. O universo quilombola nos oferece facilidade de desenvolver qualquer conteúdo que esteja inserido no livro didático. Ele dispõe de vários elementos concretos naturais que, possibilita o desenvolvimento de atividades práticas no cotidiano. As aulas poderão ser enriquecidas e dinamizadas pelo próprio ambiente físico das comunidades quilombolas. Uma aula de paisagem natural nos remete ao mundo fora da sala de aula e neste sentido o mundo invade a sala de aula, pois ele fez parte da realidade do educando.

Desta forma a comunidade quilombola é o espaço físico, é o mundo conhecido, é o espaço de interação e por isso se constitui uma realidade concreta, vivida, amada, que necessita ser entendida para ser transformada. Logo se torna um fator fundamental no processo pedagógica. A demanda por reparação visa que o Estado e a sociedade tomem medidas para ressarcir os descendentes de africanos negro, dos danos psicológicos, materiais, sociais, políticos e educacionais sofridos sob o regime escravista, bem como em virtude das políticas explícitas ou tácitas de branqueamento da população da manutenção de privilégios para grupos com poder de governar e de influir na formação de políticas na pós-abolição. Que tais medidas se concretizem em iniciativas de combate ao racismo e a toda sorte de discriminação.

A negação dos direitos aos negros no Brasil se constitui desde a colonização. Esse processo não foi pacífico, através de varias lutas populares do movimento negro. Vários foram os conflitos, Palmares e Canudos, são exemplos desse processo.

A constituição Federal de 1988, refletindo com fidelidade o esforço realizado pelo movimento negro no sentido de pautar a temática da igualdade racial na agenda política do Estado brasileiro, registra um expressivo leque de preceitos anti-discriminatórios.

Merece destaque o preceito constitucional que determina o tombamento de todos os sítios detentores de reminiscências históricas dos antigos quilombos, bem como o que assegura aos remanescentes das comunidades dos quilombos a propriedade de suas terras.

Por certo, mas do que emissão de título e propriedade trata-se de uma reparação histórica e ainda que parcial – e do reconhecimento público da contribuição dada pelos quatro milhões de africanos escravizados e seus descendentes na edificação material e moral do Brasil.

O movimento quilombola é de base social sem distinção. E se desenvolve afirmando o processo de formação, confirmando o que por direito, foi negado e distorcido socialmente. Os seres humanos dependem uns dos outros para sua própria formação. Então o movimento quilombola por ser movimento de base, trata de todos os elementos da formação humana, em um processo educativo, busca construir o conhecimento a partir da necessidade da conquista do território para poder sobreviver, tornando assim toda experiência de vida uma experiência pedagógica.

A comunidade quilombola participa ativamente nas reuniões com os técnicos da universidade que estão fazendo estudos técnicos das comunidades quilombolas do Sapê do Norte, oficinas de formação, das festas religiosas como: dia do padroeiro, ladainhas, celebrações dominicais e das festas tradicionais como: folia de reis, dança de jongo, dança da capoeira, danças juninas o trabalho na roça, na pesca, na produção coletiva de farinha e beiju de goma de mandioca.

As comunidades quilombolas descobrem cada vez mais seus direitos, sua atuação política afirmando sua negritude, a mulher quilombola descobre o valor de ser mulher, o pobre se reconhece como cidadão e todos passam a exercer sua cidadania, a exigir cumprimento da mesma e a ter responsabilidade com si e com a coletividade.

Diante disso a luta social nas comunidades realizada pelo movimento quilombola, torna-se um processo pedagógico por ser um espaço de troca de saberes, respeito à diferença, construção de cidadania por meio da ocupação do território, o espaço geográfico.

A escola quilombola trabalhará entorno das dimensões humanas. Ela deve fazer com o que os educandos conheçam os seus valores e respeitem os seres humanos, desenvolvendo no individuo a percepção de tudo que lhes norteiam, levando em consideração os ciclos da natureza e, de forma especial, os ciclos da vida humana.

Inaugurar caminhos para se pensar um fazer pedagógico em comunidades quilombolas passa pelo momento da reflexão e da ação, não dicotomizados, formadores da unidade que se chama práxis. Práxis, no sentido conferido por Freire (1987), é uma teoria do fazer e nesse momento, precisamos exatamente isto: ousar fazer um caminho, na forma de diretriz, sem quere, de forma alguma, que este seja o caminho absoluto.

O cotidiano quilombola, a exemplo de outros grupos étnico-raciais e sociais, é a emergência da práxis porque o pensar e o fazer se corporificam: Na forma de visões (pensamentos, idéias) que orientam um portar se diante do mundo; No modo de vida e mais especificamente na forma de trabalho como atividade pratica que não isola o pensar do fazer, resultando em manter-se no mundo; Como processo educativo que confere aos sujeitos um localizar-se no mundo observando as suas especificidades de raça, gênero, faixa etária e classe social.

Esta tríade, didaticamente separada – portar-se, manter-se e situar-se no mundo -, significa uma consciência emergente, um auto conhecimento, talvez, um auto conhecimento das suas necessidades que se constitui no passo elementar para sonhar um mundo de menos necessidade e, conseqüentemente, de mais liberdade.

O que se vislumbra, então, é que o processo educativo formal contemple a perspectiva de dar sentido aos conteúdos, à aprendizagem, ao conhecimento. Espera-se desse modo que crianças, adolescente e jovens, na relação com a natureza histórica e cultural consigam portar-se, manter-se e situar-se dentro da comunidade, nos diversos níveis de ensino e, principalmente, na disputa por um projeto de sociedade mais, justa, fraterna e plural.

RESULTADO E DISCUSSÃO

Durante o primeiro semestre de 2006, foram realizadas oficinas de conteúdos étnicos para os professores (as) das unidades de ensino de educação infantil e ensino fundamental.

Essas oficinas entraram na pauta de planejamento dos professores(as) e foram ministradas por Olindina, responsável pelo projeto na secretaria.

O projeto visou abordar as relações étnico-raciais para o ensino de história e cultura afro-brasileira nas escolas das comunidades quilombolas de São Mateus e Conceição da Barra– Espírito Santo.

Este trabalho foi organizado de forma que o público atendido pudesse retratar sua realidade e abstraídos dos membros das comunidades quilombolas, assim como conhecer e opinar ao mesmo tempo ter consciência da mesma, por meio do histórico da escola e relatos sobre a proposta pedagógica de educação quilombola, o trabalho deu oportunidade de conhecimento a formação e a estrutura das escolas das comunidades quilombolas . Foi abordado a questão da implementação da proposta da lei 10.639/ 2003, objetivo principal da realização das oficinas. Durante todo período realizei visitas nas unidades de ensino para dialogar com pais, professores e alunos. No mês de Novembro, considerado o mês da Consciência Negra organizei com atividades relacionadas ao tema para que os professores pudessem utilizar em sala de aula porém, este planejamento atingiu de forma eficaz as unidades da educação infantil, e foi falho no ensino fundamental, não conseguindo atingir todos as unidades.

A educação constitui-se um dos principais ativos e mecanismos de transformação de um povo e é papel da escola, de forma democrática e comprometida com a promoção do ser humano na sua integralidade, estimular a formação de valores, hábitos e comportamentos que respeitem as diferenças e as características próprias de grupos e minorias. Contribuindo assim, a educação para a ampliação da cidadania de um povo. Durante todo o período,

Com a participação em oficinas de estudo sobre o território, na região do sapê do norte fez observar grandes mudanças na vida pessoal e profissional, uma delas foi à iniciativa de escrever sobre este tema ainda desconhecido para os educadores dos municípios de São Mateus e conceição da Barra

CONCLUSÃO E PROPOSIÇÃO

A educação é um ato permanente, dizia Paulo Freire, e nesse sentido o tema, “A Proposta Pedagógica de Educação Quilombola” deve ser compreendida como um instrumento para a construção de uma sociedade anti-racista, que privilegia o ambiente escolar como um espaço fundamental no combate ao racismo e à discriminação racial. O aprimoramento do processo de reflexão sobre a construção de novos paradigmas educacionais, as questões relativas ao currículo e suas estruturas, a construção do conhecimento, os processos de aprendizagem e seus sujeitos ocuparam nas últimas décadas do século XX e ocupam, na atualidade, o centro dos debates e atenção especial de estudiosos (as) pesquisadores/as e movimentos sociais brasileiros.

Novas propostas e estratégias estão sendo concebidas. Paralelamente convivemos com o avanço da escola brasileira no que se refere às possibilidades de acesso da criança e jovens à instituição escolar. No entanto o que tange à permanência e ao sucesso para todos os (as) estudantes, existe um grande desafio a ser vencido.

Crianças, adolescentes e jovens negros e negras, têm vivenciado um, ambiente escolar inibidor e desfavorável ao seu sucesso, ao desenvolvimento pleno de suas potencialidades. Lançar um novo olhar de contemporaneidade, para que se instalem na escola posicionamentos mais democráticos, garantindo o respeito às diferenças, é condição básica para a construção do sucesso escolar para os (as) estudantes das comunidades quilombolas.

Fundamentar a prática escolar diária direcionando-a para uma educação anti-racista é um caminho que se tem a percorrer. Nesse percurso, podemos identificar alguns pontos fundamentais que poderão fazer das reflexões/ações no cotidiano escolar, no sentido de tratar pedagogicamente a diversidade racial, visualizando com dignidade o povo negro e toda a sociedade brasileira.

- a) Reconhecer e valorizar a contribuição do povo negro na formação da sociedade brasileira.
- b) Trabalhar a questão racial como conteúdo multidisciplinar durante o ano letivo
- c) A bordar as situações de diversidade étnico – racial e a vida cotidiana das comunidades quilombolas nas salas de aula.
- d) Combater as posturas etnocêntricas para a descontração de estereótipos e preconceitos atribuídos ao grupo negro.
- e) Incorporar como conteúdo do currículo escolar história e cultura do povo negro com recorte nos povos quilombolas.

f) Recusar o uso de material pedagógico contendo imagens estereotipadas do negro, como postura pedagógica voltada á desconstrução de atitudes preconceituosas e discriminatórias.

É um desafio para a comunidade escolar: direção, supervisão, professores (as), bibliotecários (as), pessoal de apoio, grupos sociais e instituições educacionais. Algumas ações são essenciais nessa construção: a disponibilização de recursos didáticos adequados, a construção de materiais pedagógicos eficientes, o aumento do acervo de livros da biblioteca sobre o assunto, a oferta de variedade de brinquedos contemplando as dimensões multiculturais.

Representação de educadora quilombola na secretaria municipal de Conceição da Barra e São Mateus

- Contratação de funcionários nas escolas de Conceição da Barra e São Mateus;
- Conferências municipais de educação em Conceição da Barra e São Mateus;
- Criação de Escola Quilombola de ensino fundamental de 1ª a 8ª série e pré – escola no território Sapê do Norte.

Especialização em educação no campo para educadores quilombolas

- Abertura de turma quilombola para o Pro jovem Campo Saberes da Terra;
- Material didático do MEC com elaboração do movimento disponibilizado às prefeituras;
- Educação das famílias quilombolas pelos mais velhos das comunidades.

NOTAS

¹ Observações feitas no I Encontro Municipal das Comunidades Quilombolas, dezembro de 2005.

² O termo *Sapê do Norte*, comumente empregado nas narrativas dos quilombolas para se referirem à grande extensão territorial onde viviam seus antepassados e onde se encontra a maior parte das comunidades ainda hoje, é concebido, também, como territorialidade de suas práticas, saberes e modos de vida secretos e sagrados. Observamos, ainda, que o termo *Sapê do Norte*, enquanto denominação da região que engloba a maior parte dos territórios das comunidades que estamos estudando, se refere a uma gramínea (sapê) bastante abundante nas

terras cultivadas pelas famílias negras e que não é consumida pelo gado e nem pelos animais de carga.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

BENTO, Maria Aparecida, **cidadania em preto e branco**: discutindo as relações raciais. São Paulo: Ática, 3ª Ed. 2000.

BRASIL. **Diretrizes curriculares nacionais para o Ensino Médio**. Resolução CEB/CNE Nº. 03/98. 1998.

BRASIL. **Mapeamento Dos Programas/Ações Do Mec A Partir Das Metas Para A Promoção Da Igualdade Racial**. Secretaria de Educação Continuada, Alfabetização e Diversidade. Coordenação-Geral de Articulação Institucional. Grupo de Trabalho/Força Tarefa. MEC – SEPPPIR. 2005.

BRASIL. **Orientações e Ações para a Educação das Relações Étnico-Raciais**. Brasília: SECAD, 2005.

CADERNOS NEGROS. **Os melhores poemas**. Org. Quilombo Hoje. São Paulo, 1996.

CAVALLEIRO, Eliane dos Santos (Org.). **Racismo e anti-racismo na educação**: repensando nossa escola. São Paulo: Selo Negro, 2002.

FREIRE. Paulo. **Pedagogia da autonomia**. Saberes necessários à prática educativa. São Paulo: Editora Paz e Terra, 1996.

GOMES, Nilma Lino. **Juventude e identidade negra**: os grupos culturais juvenis como espaços educativos. In 1º congresso Latino-americano de antropologia. Anais Argentina: Universidad Nacional de Rosário, Rosário. 2005.

GONÇALVES, Petronilha; SILVA, Beatriz. **Aprendizagens e ensino das Africanidades Brasileiras**. In. Superando o Racismo na escola. 3. ed. (org.) Kabengele Munanga. Ministério da educação. Brasília, 2001.

MACEDO, Aroldo; FAUSTINO, Oswaldo. **Luana a menina que viu o Brasil neném**. São Paulo; FTD, 2000.

MUNANGA, Kabengele. **Para entender o negro no Brasil**: Historias, realidades, Problemas e caminhos. São Paulo: Global Editora e Ação Educativa, 2004.

OLIVEIRA, Fátima. **Saúde da População Negra**: Brasil ano 2001 Organização Pan-Americana da Saúde,2003

OLIVEIRA, Iolanda de Oliveira. **Desigualdades Raciais**: Construções da Infância e da Juventude. Niterói: Intertexto,1999.

ROCHA, Rosa Margarida de Carvalho. **Uma proposta de intervenção pedagógica na superação do racismo no cotidiano escolar**. Almanaque pedagógico afro – brasileiro. Nzinga Coletivo de Mulheres Negras – Belo Horizonte. Mazza Edições.

ROCHA, Ruth. **...que eu vou para Angola**. Rio de Janeiro: José Olympio, 1988.

SANTOS, Joel Rufino. **Gosto de África**. Historia de lá e daqui. São Paulo: Global, 2001.

SANTOS, Luis Carlos dos. **Sons e saberes a palavra falada e o seu valor para os grupos afro-brasileiros**. Dissertação de Mestrado em Sociologia - faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas, Universidade de São Paulo, São Paulo, 1995.

SILVA, Sandro José da. **Exposição de fotos no quilombo**. Programa Brasil Quilombola. UFES-ES. 2005.

SOUZA Jr. Vilson Caetano (org.) **Nossas raízes africanas**. Centro Atabaque de Cultura negra e teologia. São Paulo, 2004.